

Os roteiros de visita técnica no contexto da Política Nacional de Fiscalização

Dra. Lúcia Helena Lista Bertonha

CRN-3: 2675 / Coordenadora Técnica do Setor de Fiscalização

A Política Nacional de Fiscalização (PNF) teve início em 2002 e, desde então, vem mobilizando o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas, com o objetivo principal de definir uma padronização de condutas no uso de instrumentos e procedimentos aplicados pela fiscalização de cada Regional, aliando essa padronização a um papel eminentemente orientador. Esse trabalho continua desenvolvendo-se e se aperfeiçoando de maneira constante, assumido mais pelos coordenadores técnicos dos Regionais e Comissão de Fiscalização do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN).

Nessa diretriz de trabalho, ao longo do ano de 2007 foram realizadas várias reuniões, cujo tema principal foi a revisão dos roteiros de visita técnica, tendo em vista que cada Regional possuía um modelo específico do referido documento.

Vale ressaltar que esses roteiros são os instrumentos utilizados pelos nutricionistas fiscais quando da realização de visitas em locais que contam com nutricionista ou com técnico em nutrição e dietética. Na aplicação desses roteiros são registradas as informações referentes ao local visitado e, o mais importante, são verificadas as atividades técnico-administrativas realizadas pelos profissionais na UAN. Além disso, existem modelos adaptados a cada tipo de serviço visitado (ramo de atividade).


Sendo assim, em consenso nacional, decidiu-se modernizar os roteiros, para que fossem mais objetivos e práticos, otimizando o tempo do fiscal na visita e, também, do profissional visitado, porém, sem perder o foco principal que é o de orientação ao profissional, sempre que necessário.

No primeiro momento, foram padronizados nacionalmente os seguintes roteiros: Alimentação Coletiva – UAN,

Nutrição Clínica, Alimentação Escolar (gestor público), e Saúde Coletiva. Esses roteiros já estão sendo utilizados pelo CRN-3 e servem como base para a realização de eventos técnicos por área de atuação, cujo objetivo é a apresentação dos dados coletados em um determinado período, para uma reflexão técnica dos profissionais sobre as atividades que devem ser obrigatoriamente realizadas conforme a legislação vigente, buscando a segurança alimentar e nutricional da clientela e, também, a visibilidade da profissão.

Outro instrumento padronizado pelo Sistema CFN/CRN foi o Relatório Trimestral de Atividades da Fiscalização, em que são contempladas as atividades internas e externas de toda a equipe técnica, com ênfase para as ações dos fiscais, com dados estatísticos – visitas realizadas, atendimentos efetuados, palestras, processos analisados, entre outros – e descritivos – participação em eventos, seminários, congressos, reuniões etc. –, para ciência da Comissão de Fiscalização do CFN.

Para a elaboração do referido relatório, cada nutricionista fiscal, integrante da equipe técnica do CRN-3, elabora o seu Relatório Mensal de Atividades, que posteriormente é unido aos dos demais fiscais, tornando-se o relatório mensal de toda a equipe. Este é, então, encaminhado para ciência da coordenadora técnica, gerente técnica e Comissão de Fiscalização do Regional.

O Setor de Fiscalização do CRN-3 está trabalhando incessantemente em busca de um padrão técnico de excelência na execução de suas atividades, tanto internas como externas, para aperfeiçoar a sua prestação de serviços aos nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética, visando sempre um melhor e mais eficiente atendimento à sociedade. 

As novas delegacias do CRN-3 e a atenção da fiscalização

Desde a inauguração das novas Delegacias do CRN-3 nos meses de outubro e novembro, a Fiscalização do Regional deu continuidade às ações de atenção à equipe de funcionários para a prestação de um serviço de qualidade a profissionais e empresas das regiões. Para tal, dra. Lúcia Helena Lista Bertonha, coordenadora técnica, realizou visitas às regiões, com o intuito de aprimorar o treinamento ocorrido em São Paulo, na sede do Conselho, entre agosto e setembro.

Em relação aos fiscais, foram programadas visitas com o acompanhamento da coordenadora técnica e, internamente, realizou-se reuniões com fiscais e auxiliares para discutir procedimentos administrativos. Em outubro, foram visitadas as Delegacias de São José do Rio Preto, Bauru e Santos e, em novembro, São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.